

Anc p 7

CONSTITUINTE

Comissão de Organização do Estado atuará na reforma tributária

por Francisco Stella Fogó de Brasília

A mudança no sistema de partilha de receitas entre União, estados e municípios é, por enquanto, o grande ponto de consenso entre os membros da Subcomissão de Tributos, participação e distribuição de receitas da Constituinte, como mudar. Porém, será uma decisão tomada a partir da avaliação a ser apresentada na próxima semana por especialistas e por representantes das três esferas de poder. A definição também dependerá das conclusões da Comissão de Organização do Estado da Constituinte, segundo o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Dornelles pondera que não será possível à Comissão de Tributos decidir como será feita a partilha de receitas sem antes estar definida a distribuição dos encargos, tarefa da Comissão da Organização do Estado.

Foi com esse objetivo que o senador Affonso Camargo (PMDB-PR), membro da Subcomissão de Tributos, procurou o senador José Richa (PMDB-PR), relator da Comissão da Organização do Estado na segunda-feira. Ambos estão de acordo quanto à necessidade de as duas comissões trabalharem integradas.

Dornelles acredita que "qualquer mudança deve ser cuidadosamente ponderada, para evitar problemas para as empresas e para o estado, especialmente o aumento de custos administrativos".

Mas considera inevitável a previsão de maior autonomia financeira para os estados e municípios. O aumento de recursos, segundo ele, deve ser produzido por mudanças no sistema de distribuição da arrecadação de tributos já consagrados no Brasil, e não pela criação de novos impostos de competência de estados e municípios.

A União, segundo ele, já tem uma estrutura montada para arrecadar impostos. Seria muito oneroso criar estruturas nos estados e municípios.

Em compensação, Dornelles sustenta que a nova Constituição precisará prever mecanismos que impeçam a União de reduzir, sob qualquer forma, o montante a ser partilhado. Uma fórmula seria estabelecer a regra de que, o Fundo de Participação dos Estados e Municípios deve ser calculado pelo valor total

da arrecadação, antes de computadas isenções ou benefícios. Também a União, segundo ele, deve ser vedada a possibilidade de criar isenções para os impostos de competência dos estados e municípios.

Outro campo de preocupações do deputado é a precisa delimitação dos tributos que podem ser cobrados. A Constituição, segundo ele, precisa fixar parâmetros rigorosos para evitar pagamentos à exigência de pagamentos compulsórios que não se enquadrem nas categorias de imposto, taxa ou contribuição de melhoria. O Finsocial, exemplifica, é uma anomalia. Uma boa Constituição não pode dar margem à sua cobrança. Os empréstimos compulsórios também, segundo o deputado, precisam ser muito restritos em relação às hipóteses previstas na Constituição vigente.

As audiências marcadas para a próxima semana pela Comissão de Tributos com entidades de defesa do municipalismo, entre elas a Frente Municipalista Brasileira, terão, conforme Dornelles, grande importância para a definição das propostas da comissão. Nada, segundo Dornelles, deverá ser feito sem haver consenso entre União, estados e municípios. A exata dimensão da participação de cada um no bolo das receitas será delimitada a partir dessa avaliação.

NORDESTE

Outra preocupação dominante entre os membros da Comissão de Tributos é a distribuição de recursos entre as regiões do País. Os representantes do Nordeste, que, contrariando os acordos das lideranças da Constituinte, ocuparam os postos-chave na Subcomissão de Tributos pretendem concentrar forças no aumento proporcional da participação dos estados mais pobres nas receitas.

O Nordeste, pondera o deputado Benito Gama (PFL-CE), presidente da Subcomissão de Tributos, tem 30% da população do País e menos de 10% das receitas públicas. Entre os 559 constituintes, calcula, 157 são do Nordeste. Se é certo que os do Nordeste não podem decidir nada sem o apoio dos demais, afirma, é igualmente certa a recíproca.

Para discutir as dificuldades específicas da região, os deputados Agripino Maia e Lúcio Alcântara convocaram uma reunião para as 9 horas da próxima quarta-feira, com os parlamentares do Nordeste, independentemente dos partidos a que pertençam.

Mesmo com o apelo de Ulysses, poucas subcomissões trabalharam

por Francisco Stella Fogó de Brasília

O apelo insistentemente reiterado pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte para ser apressada a elaboração da nova Carta não teve o poder de alterar a programação dos constituintes para os feriados na Semana Santa.

Ontem, poucas das 24 subcomissões da Constituinte tinham reuniões marcadas. Entre elas, raras tiveram quórum para instalar-se. Foi o caso da subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, uma das cinco subcomissões que chegaram a marcar reuniões.

Os relatores das subcomissões tem prazo até o dia 11 de maio para entregar os seus pareceres às comissões. Grande número de constituintes defendeu nos últimos dias a ampliação desse prazo, por considerarem que haveria pouco tempo para a preparação e discussão de suas propostas. Mas, ao viajarem em massa ontem mesmo, reduziram por sua própria conta o tempo que consideram curto. Hoje e sexta-

Prazo vai até 1º de junho

por Francisco Stella Fogó de Brasília

Até o dia 1º de junho, a Constituinte receberá propostas dos Tribunais, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, sindicatos, entidades e associações civis do país inteiro. Cinco dias depois, esgota-se o prazo para os relatores das comissões apresentarem seus pareceres para votação, que serão depois encaminhados à Comissão de Sistematização. Até a semana passada,

predominou entre as lideranças da Constituinte a interpretação de que se esgotaria no próximo dia 23 o prazo para as associações civis apresentarem propostas. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, recebeu grande número de pedidos de associações para estender o prazo. Uma interpretação mais elástica do regimento interno, conforme o jurista Miguel Reale Júnior, assessor jurídico de Ulysses, permitiu autorizar a dilatação do prazo

para 1º de junho. "Até porque não atrasará o cronograma global", disse.

Além dessa fórmula de participação direta da sociedade na elaboração da nova Carta, o regimento interno da Constituinte prevê a iniciativa popular.

Quando a Comissão de Sistematização encaminhar o anteprojeto ao plenário para discussão, propostas subscritas por grupos de mais de 30 mil eleitores poderão ser submetidas à votação.

feira não há expediente no Congresso. Segunda-feira, dia de Tiradentes, tampouco. Terça-feira, aniversário de Brasília, as comissões não têm qualquer programação marcada. O único evento previsto para esse dia é uma homenagem ao ex-presidente Tancredo Neves.

O trabalho das comis-

sões, que mal definiram até agora como funcionarão e que audiências públicas concederão, será retomado somente na quarta-feira.

Ulysses Guimarães pretende fazer tudo o que estiver ao seu alcance para apressar os trabalhos. Ele pretende que a nova Constituição seja promulgada no

dia 15 de novembro. O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização tem manifestado o receio de que a perspectiva seja otimista demais. Pelos cálculos que fez a partir dos prazos previstos no regimento interno, Cabral acredita que os trabalhos se estenderão mais do que se imagina.

Konder quer eleições gerais após a Carta

por Valério Fabris de Brasília

O relator geral da Constituição de 1967, deputado Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC), afirmou ontem que apresentará uma proposição ao plenário da Assembleia Constituinte para que, 120 dias após a promulgação da nova Carta, sejam realizadas eleições gerais no País. Ele disse que a alteração apenas no prazo do mandato do presidente Sarney seria uma decisão "discriminatória e iníqua".

O ex-senador e ex-governador de Santa Catarina diz que a crise institucional que ameaçava o País "está em fase de solução". A crise, segundo ele, vinha manifestando-se com os choques na Aliança Democrática, isto é, nos embates entre o PMDB e o PFL na Assembleia Constituinte. O PFL tinha inclusive ameaçado que formaria um bloco para escrever uma Constituição paralela. "Hoje essa situação está contornada e o PMDB e o

PFL entraram em uma outra etapa de entendimentos".

Do mesmo modo, de acordo com o parlamentar catarinense, a crise que se desenhou com o manifesto dos governadores, liderados por Orestes Quércia, de São Paulo, foi prontamente debelada. Ele considerou inoportuno o manifesto contra o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no momento em que se estava em plena negociação com os credores da dívida brasileira. "Os governadores não dispõem desse poder (de demitir ministros), pois sequer controlam 40% das suas bancadas", disse Konder Reis. Ele afirmou ainda que a própria Assembleia Constituinte tem sido um fator de equilíbrio institucional, tornando-se um canal por onde escoam as reivindicações da sociedade. Resta ao governo, na sua opinião, responder imediatamente à expectativa de medidas urgentes para reduzir as taxas de juro.

